

Quando raça não conta: considerações sobre racismo em um instituto federal

When race does not count: considerations on racism in a federal institute

Maria Simone Euclides¹

Ana Louise de Carvalho Fiúza²

Neide Maria Almeida Pinto³

RESUMO: O presente artigo é parte da dissertação de mestrado que buscou analisar se gênero e raça interferem na entrada e saída de estudantes negras na antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena. Foram feitas 124 entrevistas, incluindo as estudantes egressas e ingressas. Nas entrevistas, ficou explícita a percepção de que o racismo e o sexismo existem, porém, não são situações capazes de impedir que estudantes buscassem e conquistassem espaços quer seja na instituição, quer seja no mundo do trabalho.

ABSTRACT: This article is part of the dissertation sought to examine whether gender and race influence the inflow and outflow of black female students in the former Federal Agrotechnical School of Barbacena. 124 interviews were performed including egresses and entrant students. In the interviews it became explicit the perception that there are racism and sexism, however, those are not situations able to prevent students from seeking and conquer spaces either in the institution, whether in the world of work.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Sexismo. Educação profissional.

KEYWORDS: Racism. Sexism. Professional education.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1960, quando a industrialização começava a se aprofundar no Brasil, Florestan Fernandes chamou a atenção, em suas pesquisas, para o fato de os negros não terem contado, desde a abolição, com condições

1 Professora Temporária do Programa de Pós Graduação Lato Sensu em Educação do IFSul-deminas Campus Muzambinho. simoneeuclides@yahoo.com.br

2 Docente do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, coordenadora do grupo de Pesquisa GERAR. E-mail: louisefiuza@ufv.br

3 Docente do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: nalmeida@ufv.br

necessárias para se inserir na nascente sociedade de classes no país. Passado meio século, desde então, qual é o cenário das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira? Este artigo tem como objetivo principal analisar as possibilidades de ascensão social existentes para jovens negras no Brasil, nestes primeiros anos do século XXI, tomando como referencial de análise as oportunidades de qualificação profissional abertas para elas pelo estudo e pela qualificação profissional. Especificamente, busca intercalar as questões raciais com as novas oportunidades educacionais à luz de um estudo de caso no Instituto Federal de Barbacena, de forma a analisar a entrada e a permanência de estudantes negras.

No que diz respeito especificamente às mulheres negras, elas, na pirâmide social, estão abaixo tanto de homens negros quanto de mulheres brancas. Dessa forma, diante das desigualdades principalmente entre negros e brancos, a partir do final dos anos 1980, sobretudo, por pressões e influência da militância do movimento negro, novas políticas de inclusão ganharam forma no cenário das iniciativas do Estado. Mas foi, principalmente, a partir do primeiro Governo Lula, em 2003, que as ações afirmativas educativas começaram a ser utilizadas como mecanismo de inserção e promoção da igualdade social.⁴ A partir de 2003, assistiu-se a uma expansão das oportunidades educacionais na tentativa de garantir maior equidade e competição no mercado de trabalho. As escolas agrotécnicas, por exemplo, foram remodeladas e ampliadas, ganhando o status de Instituto Federal de Ensino Tecnológico. Quando as instituições agrotécnicas foram criadas, elas se destinavam às minorias (desvalidos da sociedade), tendo por objetivo formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho (COELHO, 1999). Entre as principais mudanças ocorridas nas antigas escolas agrotécnicas, no período posterior a 2003, está aquela referente ao oferecimento não só de cursos técnicos agropecuários, como de cursos com um perfil mais urbano e, também, de cursos superiores. Esta ampliação na oferta de cursos afeta diretamente as possibilidades de qualificação profissional das minorias sociais - filhos (as) de pequenos agricultores, desempregados, entre outros -, que, tradicionalmente, se dirigem às escolas técnicas profissionalizantes.

Se, por um lado, foram ampliadas as possibilidades de acesso das “ditas minorias” aos espaços educacionais, por outro lado, ainda existem poucas pesquisas sobre os efeitos dessa ampliação de oportunidades de qualificação profissional para os negros. Na investigação feita por Guerra e Bomfim (2006) para identificar a trajetória de estudantes na Escola Agrotécnica do Piauí, as autoras perceberam que o sistema sexo-gênero

⁴ Ainda que haja controvérsias quanto à implementação de tais ações, por segregar e definir grupos étnicos de forma a reafirmar a diferença por um enfoque negativo, o fato é que um número maior de estudantes oriundos de camadas populares e de identidade étnica racial negra passou a ingressar em instituições de ensino superior.

opera como fator limitante não só no acesso e permanência de mulheres nesses espaços, como também nas ocupações encontradas no mercado de trabalho. De acordo com o estudo, as mulheres que se formavam estavam inseridas em atividades ditas femininas, como vendedoras em comércios de máquinas e implementos agrícolas, assistentes de escritório em empresas de planejamento, assistência técnica rural ou recepcionista. Já os homens se inseriam mais facilmente em ocupações para as quais se qualificaram, como técnicos agrícolas, agrônomos, entre outros.

Com relação às mulheres negras, além do sistema sexo-gênero, pesquisa feita por Pinto (2007), com estudantes negras na Universidade Federal Fluminense - UFF, concluiu que o atributo racial tem atuado como linha invisível e, ao mesmo tempo, como barreira simbólica que delimita o ingresso destas mulheres, tanto nas instituições de ensino superior quanto no mercado de trabalho, defendendo que o dilema racial no Brasil ainda não foi superado de fato. Estudantes negras devem provar a todo o tempo para os demais o quão são capazes de superar suas “limitações.” Considerando as novas possibilidades para as minorias, principalmente nos espaços de formação de perfil técnico-agrícola, e ao mesmo tempo tendo como ponto de partida a articulação entre as desigualdades de gênero, “raça” e classe social, esta pesquisa busca responder, especificamente, às seguintes questões: a cor da pele e o gênero se constituiriam em fatores intervenientes nas possibilidades de inserção das estudantes negras nas instituições agrotécnicas e no mundo do trabalho?

Nossa hipótese foi que o gênero e a cor da pele se constituiriam em variáveis intervenientes no contingente de estudantes que ingressavam e se formavam nos cursos técnico-profissionalizantes, bem como na sua inserção no mercado de trabalho. Tal como no trabalho desenvolvido por Florestan Fernandes, na década de 1960, para investigar a situação dos negros na sociedade de classe, a pesquisa busca identificar a situação das jovens negras e sua inserção no mundo do trabalho, tendo em vista as modificações e a ampliação das oportunidades abertas desde 2003. Objetivamos, enfim, perceber, pela ampliação do campo de possibilidade de inserção nas instituições de formação profissional, como está se configurando a situação, especificamente, das mulheres negras, as mais desiguais entre os desiguais. Haveria um novo cenário ou prevaleceriam situações similares à que Florestan Fernandes encontrou em sua pesquisa?

Para respondermos a tais questionamentos, desenvolvemos nossa pesquisa na antiga escola agrícola de Barbacena, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ensino – IF do Sudeste de Minas Gerais, Barbacena.⁵ A razão da escolha da instituição se deu por ser uma

5 O campus de Barbacena foi criado em 1910 pelo decreto nº 8.358 de 9 de novembro, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, estando subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Suas atividades foram iniciadas em 14 de junho de 1913, no governo do Marechal Hermes da Fonseca.

das primeiras criadas no período republicano, com cursos agrotécnicos já consolidados. Há, também, uma questão relevante, que diz respeito aos aspectos patrimonialistas e coronelistas que fazem parte da formação da cidade de Barbacena, proporcionando rico debate para as discussões raciais e de gênero.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação foi constituída por duas etapas: a primeira, de levantamento de informações acerca da relação dos estudantes matriculados e dos cursos a que estavam vinculados, mediante consulta das fichas de cadastro, na secretaria da referida instituição. A segunda etapa da pesquisa foi relativa às entrevistas com os estudantes ingressos e egressos, buscando identificar: 1) suas condições socioeconômicas, seu acesso e sua permanência segundo o sexo e a “raça”; 2) as perspectivas e expectativas das estudantes negras com relação ao mundo do trabalho; e 3) os desafios encontrados para ingressar no mundo do trabalho.

Para identificarmos o perfil dos (as) estudantes, foi feita uma pesquisa na secretaria da escola sobre os alunos que ingressaram entre os anos de 2003 a 2011. A delimitação desse período de investigação se deu em função da expansão do ensino agrotécnico nesse ínterim. Com autorização do diretor do Instituto, tivemos acesso aos dados de matrícula dos (as) estudantes na Secretaria Escolar.

Foram utilizadas como fontes de informação as fichas de matrícula que os alunos preencheram para o ingresso na instituição. Essas fichas deram acesso às informações sobre cor/ “raça”, filiação, origem escolar, conclusão ou não do curso e aos dados socioeconômicos sobre a renda e a profissão dos pais. Após a identificação do perfil dos estudantes, passou-se à segunda etapa da pesquisa, na qual buscamos entrevistar as estudantes negras egressas e ingressas nos anos de 2003 a 2011. O contato com as estudantes egressas foi feito primeiramente por e-mail e telefone para agendamento das entrevistas, que aconteceriam pessoalmente. Privilegiamos as estudantes que ainda residiam em Barbacena ou em cidades próximas, como Barroso e Antônio Carlos. Na maioria das vezes, as estudantes preferiam ir até o instituto para as entrevistas. Apenas em alguns casos, a pedido das jovens, as entrevistas aconteceram em suas residências. Em geral, as entrevistas tiveram a duração média de 30 minutos. A variação se deu em função da maior ou menor abertura das estudantes para discutir sobre as questões raciais e de gênero.

O roteiro de entrevistas com as estudantes egressas teve como pontos centrais de investigação as mudanças ocorridas em suas vidas a partir do momento em que ingressaram no curso técnico, as disciplinas cursadas, os estágios realizados, as bolsas de pesquisa e extensão às quais estiveram vinculadas, as dificuldades encontradas no mundo do trabalho

e as representações sobre a instituição após terem se formado. O fato de a pesquisadora ser negra contribuiu para que houvesse maior abertura das estudantes quanto ao assunto que foi discutido. Assim, pôde-se perceber nas narrativas das entrevistadas descrições que mexiam com suas emoções, bem como, igualmente, da pesquisadora.

Em relação às estudantes ingressas, também buscou-se atingir toda a população de estudantes negras identificada. O contato se deu inicialmente por telefone e, posteriormente, por meio de carta endereçada à residência e também por e-mail. No total, foram feitas 35 entrevistas com estudantes ingressas, 29 com estudantes egressas e entrevistas por telefone com 60 estudantes que não haviam concluído os cursos técnicos.

3. RAÇA E RACISMO

3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO

O racismo, segundo Munanga (2004), se refere às práticas discriminatórias ou às desigualdades entre brancos e negros nas quais a cor da pele é tomada como fator de distinção e serve como parâmetro para as hierarquias sociais. Dessa forma, a cor da pele foi o elemento simbólico que justificou o poderio e a manutenção da escravidão em vários países, como, por exemplo, o Brasil (BASTIDE; FERNANDES, 2008, MUNANGA, 2004). Ainda conforme Munanga (2004), a escravidão representou um momento histórico de lutas entre duas raças distintas (branca e negra), em que a segunda foi subjugada pela primeira. A partir daquele momento, negro passou a ser sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. Para justificar tais hierarquias, o poder não se deu apenas na exploração ou força física de um grupo étnico pelo outro, mas, sobretudo, pelo poder simbólico, de forma a criar símbolos e principalmente valores e significados do que é ser branco ou ser negro.

Seguindo na mesma linha de compreensão do racismo, Oliveira *et al.* (2009) salientam que foi sendo produzida uma série de discursos que procuravam normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. Dessa maneira, foram veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionavam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas.

Nesse sentido, foi se criando uma série de discursos para legitimar papéis e lugares que estes indivíduos deveriam ocupar na vida social, bem como justificar a exploração de um grupo étnico por outro. Dessa forma, no processo de constituição do país, alguns discursos marcaram e ainda fazem parte do imaginário da sociedade no que tange à mestiçagem ou à ausência de racismo no Brasil, tanto no sentido de justificar a escravidão como para amenizar as discussões raciais.

Na atualidade, esses discursos se difundem principalmente atra-

vés da mídia e outros suportes como revistas de massa, por exemplo, que tendem a caracterizar um lado negativo de ser negro que pode ser bem exemplificado quando são analisadas ou postas em debates dimensões que poderiam passar despercebidas como o ideal de beleza branco europeu como o único existente ou ainda nos papéis que negros e negras assumem nas novelas brasileiras - ora empregadas domésticas, ora delinquentes.⁶ Esses diferentes discursos tendem a fixar na construção da imagem dos próprios negros uma imagem negativa de si mesmos. A questão racial estaria então ligada mais ao plano simbólico, das representações que historicamente e cotidianamente alimentam as relações sociais.

3.2. REFLEXÕES SOBRE O SEXISMO

De acordo com Bourdieu (2005), o sexismo é um essencialismo. Assim como o racismo, ele visa a imputar diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica, funcionando como uma essência da qual se deduzem implacavelmente todos os atos da existência. Além disso, entre todas as outras formas de essencialismo, o sexismo é, sem dúvida, o mais difícil de ser desconstruído, pois se encontra de tal forma como produto e produtor das relações entre os indivíduos, sendo transmitido e socializado ao longo dos tempos (BOURDIEU, 2005). Legitimado assim por um habitus estruturado e estruturante das relações sociais, ele se configura ainda pelo princípio de visão e divisão de lugares e espaços específicos para homens e mulheres na sociedade. Tais distinções se estabelecem de maneira hierárquica, sendo que *lugares masculinos* tendem a ser mais valorizados do que *lugares femininos*. O homem estaria diretamente relacionado aos espaços públicos, bem como à ideia de cultura (rua, mundo dos negócios, conhecimento, mais ligados àquilo, ao processo de produção que gera capital financeiro); e as mulheres estariam ligadas aos espaços privados bem como à ideia de natureza, como o cuidado da casa, filhos, horta e do quintal (reprodução social, que não gera capital econômico). Em ambas as situações descritas acima, o destino e a limitação dos papéis parecem circunscrever toda a trajetória de homens e mulheres, caindo, pois, em armadilhas e ciladas para ambos os sexos.

3.3. INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO E RAÇA: A SITUAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

Ainda que a situação da população afro-descendente de uma maneira geral seja um tanto quanto crítica e cabível de mudanças, a condição das mulheres negras ainda carece de uma visibilidade maior. Mesmo comparilhando com outros negros a marca da diferença da cor, quando situadas em relação a esses mesmos negros, as relações de poder e hierarquias de

⁶ *A negação do Brasil*, documentário produzido por Joel Zito Araújo em 2000, cujo objetivo foi analisar os papéis em que negros são representados nas telenovelas.

gênero impedem que homens negros e mulheres negras compartilhem as desigualdades da mesma forma. Por outro lado, ainda que mulheres compartilhem as assimetrias do sexismo, quando as diferenças intrarraciais tendem a particularizar e pluralizar as mulheres, a mulher negra ainda parece não compartilhar dos mesmos privilégios como as mulheres brancas.

Tomando como base os dados divulgados pela pesquisa publicada no livro *A situação da mulher brasileira nos espaços público e privado*,⁷ tem-se que se entre as mulheres brancas 10% tinham renda familiar acima de 10 salários mínimos, já entre as brasileiras negras apenas 2% chegavam a essa faixa de renda por domicílio (RIBEIRO, 2004). Dessa forma, ainda que o racismo marque as assimetrias entre brancos e negros, o sexismo aprofunda ainda mais a subalternização de mulheres negras em relação aos homens negros e também em relação às mulheres brancas.

Ademais, pode-se dizer que os ranços históricos da escravidão destinaram às mulheres negras papéis e símbolos específicos que prevalecem de forma nítida principalmente com relação às poucas oportunidades no mercado de trabalho e autonomia em relação às mulheres brancas. Conforme salienta Theodoro (2008), após o término da escravidão, a mulher negra passou a atuar como viga mestra das famílias e das comunidades negras, arcando com o sustento moral e com a subsistência dos filhos. Saiu da senzala para o cortiço, tornando-se mulher da cama e mesa, ora servindo ao seu companheiro, ora servindo ao patrão que antes encarnava o papel de senhor, além de servir à patroa que antes era a sinhá. A partir daí, o trabalho doméstico passa a representar o lugar específico para mão de obra de mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo (RIBEIRO, 2004).

4. RESULTADOS

4.1. SOBREPONDO AS DICOTOMIAS RACIAIS: QUANDO COR DA PELE NÃO IMPLICA BARREIRAS PARA AS ESTUDANTES NEGRAS

Nas entrevistas, 20 (vinte) das estudantes egressas e ingressas afirmaram que racismo e discriminação existem, porém não atribuíam a eles força suficiente para impedir sua ascensão. As estudantes foram enfáticas ao destacar que a cor da pele e as diferenças físicas são apenas marcas externas que não as impediam de projetar o seu futuro profissional. Neste grupo de entrevistadas, a expressão “sou bem resolvida quanto a isso” se repetiu com frequência. Ao mencionarem essa expressão, elas estavam querendo dizer que não se importavam com as várias manifestações de racismo e sexismo que haviam sofrido durante sua trajetória. Segundo elas, o estudo

⁷ Essa pesquisa foi feita em outubro de 2001 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo para elaborar um retrato sobre mulheres brasileiras. Foram entrevistadas 2502 mulheres com mais de 15 anos de idade.

as faz mudar de comportamento, de disposição, possibilita-lhes ter sonhos que em momentos anteriores poderiam ser impossíveis, dá-lhes firmeza como negras, para que possam mostrar o seu valor com toda a vivacidade possível. O estudo lhes desperta o sentimento de igualdade de condições e não mais de diferença, por isso se diziam “bem resolvidas”.

Tal reação se deu de forma similar à que Florestan Fernandes (2008) encontrou sobre os negros em ascensão. Se antes se achavam na posição de coitados ou inferiores aos outros, a partir do estudo e da ascensão através do trabalho, manifestavam uma atitude diferente em relação a olhar para si mesmo e começavam a enfrentar os obstáculos sociais, dando novos sentidos à sua existência. A absorção de novos modelos de personalidade – status – fazia-se acompanhar por substanciais alargamentos quantitativos e qualitativos do seu horizonte cultural (FERNANDES, 2008). Nas entrevistas, a cada fala ficava nítida a proximidade do sentimento, expresso pelas estudantes negras, de necessidade de superação da sua condição de vida, que elas não associavam ao preconceito racial, mas às desigualdades sociais e econômicas, conforme pode ser constatado na fala seguinte:

Jussara: Eu sou *uma pessoa resolvida*⁸, né. Eu não tenho dificuldade, nunca senti isso comigo, não, e nem com ninguém. Se teve preconceito eu não percebi. Se teve, eu tava tão desligada que não percebi. Também não dou nem tempo de acontecer isso. Acontece isso quando a pessoa não é esclarecida, não tem desenvoltura para conversar, dialogar, né? (Grifos da pesquisadora)

Letícia: Até hoje nunca ninguém me tratou diferente pela minha cor ou pela minha condição financeira, não. Também, mesmo se acontecer, eu *sou super bem resolvida (não se deixa abater, não interfere na sua subjetividade)* com isso. (Grifos da pesquisadora)

Pesquisadora: Como assim, super bem resolvida?

Letícia: Eu *fui criada numa família, boa assim*, que a gente se ama assim entendeu, e se respeita. Então eu acho assim, que a cor da sua pele não diz muita coisa de você. A cor da sua pele é uma pigmentação, o que vai dizer de você é o seu caráter. Então pode ter um negro bandido? Pode, mas pode ter um branco bandido também, depende da situação, das circunstâncias, porque são vários fatores, né, que englobam

8 A expressão *bem resolvida* foi uma conotação que surgiu na maioria das entrevistas com as estudantes. Denota a relação estabelecida por elas para driblar a ideia de racismo e discriminação. A mesma expressão pode ser substituída pela ideia de negação ou resiliência com relação ao racismo em suas vidas, de modo a não influenciar psicologicamente em sua inserção no meio social.

isso. Sou bem resolvida, graças a DEUS. Também por eu trabalhar no comércio, eu lido com muita coisa sabe, graças a DEUS, sabe, mesmo *se eu sofresse eu não me abateria por isso, não*. (Grifos da pesquisadora)

Nesta fala, torna-se necessário fazer uma ressalva no foco que a entrevistada dá à dimensão familiar. Ela mostra que, por detrás das concepções de ser e estar no mundo, os valores, principalmente os adquiridos na socialização familiar, são muito importantes na distinção da pessoa. Florestan Fernandes teceu reflexões sobre isso ao salientar que a estruturação da família é um fator fundamental para o indivíduo saber lidar com as diferenças sociais. As técnicas de ajustamento racial presumem um elevado domínio sobre as próprias emoções, consciência racional de forças psicossociais que interferem nos interesses egoísticos do agente e verdadeiro talento de ator. Portanto, trata-se de uma modalidade de comportamento inteligente, demasiado complexa, demandando, portanto, apoio familiar (FERNANDES, 2008).

Letícia: Às vezes, as pessoas olham muito o físico e não vê por dentro. Vale mais o por dentro do que por fora. As pessoas valorizam o físico. Conheço pessoas que discriminam. Pessoas que têm dinheiro e acham que por ser negro é ladrão. Em muitos lugares, eu já ouvi falar. Fulano não dá serviço para outro porque é negro (Contou um caso de uma mulher no Rio de Janeiro que não quis empregar uma moça porque ela era negra).

Nesta fala fica clara a concepção de Fernandes (2008) quando afirma que o reconhecimento de situações objetivamente vividas de “preconceito de cor” é um passo fundamental para a não imobilidade do negro, para que ele não aceite um destino de inferioridade e dependência e se projete como pessoa e como igual na cena histórica, entendendo que as disparidades econômicas, sociais e políticas não são produtos de uma fatalidade psicobiológica e racial, mas de circunstâncias exteriores, moldáveis pela ação coletiva dos homens. Embora Florestan Fernandes pareça colocar uma responsabilidade muito grande na mão do indivíduo e da família, tal sentimento de não vitimização da sua condição foi muito recorrente nas entrevistas. O preconceito e as desigualdades eram reconhecidos, mas não eram encarados de forma a paralisar as entrevistadas; ao contrário, davam-lhes força para lutar.

Paula: Sou uma pessoa que antes eu não estaria conversando com você. Eu iria inventar mil maneiras para não estar com você. Passou o tempo, cheguei num ponto que eu criei coragem de lutar.

Pesquisadora: E aconteceu alguma coisa assim para criar essa coragem?

Paula: Principalmente por causa das minhas ex-patroas. Elas falavam que eu não ia conseguir, entendeu?

Pesquisadora: Quando elas falavam que você não ia conseguir, o que passava na sua cabeça?

Paula: Naquele momento, me deu vontade de parar, mas eu fui forte, saí, fiquei com muita raiva, tudo de fora estava perfeito, mas por dentro foi horrível. Eu coloquei na minha cabeça que eu não sou daquele jeito e pronto. E fui à luta...

Além da dimensão mais reflexiva, as falas das estudantes mostraram que elas controlam seus dispositivos nas relações de poder, de modo a equalizar as diversas forças que poderiam existir. Passam a resistir ao preconceito, à discriminação racial e a ultrapassar as supostas hierarquias. Impõem-se de modo a evitar serem atacadas, discriminadas. Fazem-se perceber como detentoras de valores de pessoas dignas de respeito. Como destaca Foucault (2007), não é a imagem invertida do poder, mas o próprio poder.

Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de baixo e se distribua estrategicamente uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, 2007, p. 241)

O poder não existe estancado, mas é um feixe de relações mais ou menos organizadas, mais ou menos piramidalizadas, mais ou menos coordenadas. Não haveria passividade nas ações humanas, pelo contrário: nesse feixe de relações, interesses diversos, assim como mecanismos diversos, poderiam ser utilizados para preservar ou alterar os padrões existentes. Segundo Florestan Fernandes,

(...) a consciência de que o preconceito de cor existe vem acompanhada da disposição de encará-lo e de combatê-lo pelos meios possíveis. Essa disposição leva o negro a um dos fulcros dos dinamismos da situação de contato. Impele-o a conceber o preconceito e a discriminação raciais, em suas manifestações tipicamente brasileiras, como problema social e a procurar, para ambos, uma solução igualmente social. (FERNANDES, 2008, p.46)

Outro fato interessante é que, apesar de demonstrarem força interior para reverter a situação, as estudantes negras têm claro que discriminação e preconceito fazem parte da realidade de outras pessoas. Elas têm consciência que tais questões existem. Isso se dá porque, durante todo momento de nossas interações sociais, atribuímos e somos atribuídos com

base em rótulos. Constantemente seremos avaliados e lidos socialmente.

Josefa: Sempre vai ter uma ou aquela pessoa que olha diferente dela e acha aquilo estranho e entorta o nariz. Sempre vai existir uma pessoa que olha para outra com olhar estranho. Sempre a situação vai ficar assim implícita. E ali no IFET, eu nunca passei por nenhuma situação constrangedora com relação a isso.

A mudança é vista a partir da introspecção, da volta para o olhar de si mesma e não o olhar alheio. Certamente é um processo que não acontece ao acaso, mas que pode ser resultado da combinação de vários fatores, como a renda, a escolarização, os grupos de sociabilidade, entre outros. Ainda que não seja claro quando esse processo de ruptura se dá, fato é que, ao desviarem o foco da estrutura, conseguem direcionar as suas ações e se fortalecerem no combate ao racismo e ao sexismo.

Josefa: Assim, eu mudei também, porque é diferente você ouvir a opinião de uma pessoa e se irritar com aquilo, se fechar, se uma pessoa te xinga, você guarda aquilo, e então você ignora aquela pessoa, você sabe que não é verdade, então você não guarda aquilo para você. Não dá importância. Você sabe que aquilo não faz diferença na sua vida. Alguma coisa meio assim, pode parecer meio hipócrita, mas é como eu lido. *Eu me interessava, me importava muito pelo que os outros achavam. A partir do momento que eu esqueci o que os outros achavam e fui cuidar de mim também, dar aquele jeito no cabelo, dar aquela jogada pro lado (risos), você dá assim aquele, nossa, passo a ser eu. Eu me basto, sabe? Não interessa se você não me acha bonita, me desculpa. E a partir daí você passa a se aceitar independentemente do que outras pessoas acham de você. Assim também é na sua capacidade mental, você tem que saber a sua capacidade e quando você bater numa porta de emprego para procurar emprego e ela fechar para você, você não vai achar, nossa, eu sou incapaz! Não, olha assim: nossa, eles não sabem o que eles perderam (risos). Eu vou para outra e vou fazer o meu sucesso lá. Vai por esse caminho que dá certo.* (Grifos da pesquisadora)

Vilma: *Depois que comecei a estudar, aí foi me dando aquela vontade de achar que eu podia ir mais longe e que eu tinha essa oportunidade. E comecei a correr atrás... eu acho que mudou tudo, sei lá, assim acho que clareou mais a minha ideia, eu tenho vontade, eu sei que sou capaz, sou capaz de fazer o curso e de ir além. Estou me sentindo igual a todo mundo. Antes eu me sentia um pouquinho inferior, sabe! Só que agora acho que era de mim mesma. Antes eu não tinha coragem de entrar em certos lugares, achava que lá era só para pessoas melhores que eu. Agora não, agora melhorei, sei lá,*

eu sinto assim que eu estou igual a todo mundo, posso entrar em qualquer lugar, que eu não vou me sentir que as pessoas estão me olhando, antes achava que as pessoas estavam me olhando. Coisa da minha cabeça. (Grifos da pesquisadora)

Em todas as falas anteriores, nota-se certo grau de elevação da autoestima e afirmação identitária, comprovando o que Florestan Fernandes também evidenciou em suas pesquisas, que a educação formal representa um patamar de afirmação social para o negro e o mulato. Ela fornece um novo ponto de partida. Oferece-lhe um maior domínio sobre si mesmo, condição essencial para não se colocar nem ser posto à margem na competição com o branco (FERNANDES, 2008). Trata-se da metamorfose da condição de indivíduo à condição de pessoa. Enquanto era indivíduo, era apenas um ser biológico; como pessoa, passa a ser um indivíduo provido de *status* social e papéis definidos, com direitos comuns a todas as outras pessoas. Não significa a perda de etnicidade. Esta situação relatada pelas estudantes negras nos dias de hoje se distancia completamente daquela que vigorava desde a Colônia e o Império no Brasil, relativa à perspectiva de embranquecimento do negro que conseguia estudar.

Dentro dessa pressuposição de “branqueamento racial”, o estudo era concebido como algo vinculado ao universo do branco, e aqueles negros que o faziam eram considerados exceção à regra e passavam a ser vistos como se estivessem embranquecendo ao estudar. Dentro dos depoimentos das estudantes negras, destacados anteriormente, o que se destaca é que o acesso a uma formação técnico-profissionalizante e superior se constitui em forma de afirmarem a sua autoestima como negras e não como uma forma de se sentirem embranquecendo ou de se sentirem sendo percebidas como embranquecendo. É sentindo-se como negras, com iguais direitos sociais, que elas se sentem adentrando os espaços públicos, antes percebidos como fora do seu mundo.

Além dessa análise, podemos dizer que se trata de um processo de emancipação, o que antes não podia, agora se vê no direito de fazer. Através dessas falas, podemos supor que a escolarização tem fator preponderante no que tange à ruptura e mudança de perspectiva das jovens que até então não se achavam no “direito” de transcenderem. O meio social interfere na construção de subjetividades. Em um contexto em que bailam as diferenças, a aceitação e o empoderamento étnico ganham maior força. Dessa forma, pensando pelo lado positivo, a inserção e a ampliação de oportunidades a segmentos outrora à margem da sociedade tendem a representar um avanço em nível não somente econômico como também pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que, em função de o sistema educacional no Brasil funcionar como um grande filtro ou peneira em matéria de distribuição

de oportunidades sociais, as estudantes negras valorizavam o espaço de formação técnico-profissionalizante como uma oportunidade ímpar para ascenderem socialmente dentro da sociedade capitalista, uma vez que elas acreditavam que teriam mais chances de se inserir no mercado de trabalho, não mais nas posições que sempre ocuparam e que consideravam inferiorizadas socialmente, tais como babás e empregadas domésticas, entre outros trabalhos mal remunerados. O acesso à educação oferece a estas estudantes negras a possibilidade de ampliar seus bens culturais, adquirindo aqueles aos quais na sociedade de classes atribuem prestígio e poder. Tal conquista exerce forte influência na construção da autoestima e do sentimento de distinção social. A posse da instrução remete ao capital cultural que representa o poder advindo da renda, da possibilidade de consumo de bens materiais e culturais: uma boa casa, carro, livros, lazer, certificados escolares etc.

Os dados da pesquisa mostraram que, a partir do momento em que as estudantes negras ingressaram na instituição, elas passaram a fazer projeções para o futuro, vinculando-as à possibilidade de mobilidade social e melhoria das suas condições de vida. O fato de possuírem um diploma de um curso técnico foi visto pelas estudantes negras como um diferencial para sua entrada no mundo do trabalho e, conseqüentemente, para mudança de posições anteriormente ocupadas na esfera econômica.

Tendo em vista os diversos posicionamentos encontrados, poderíamos lançar algumas hipóteses: os discursos das estudantes que se dizem “bem resolvidas” tendem a ver com a trajetória realizada pela inserção nas tramas do preconceito velado nas malhas da sociedade. Por outro lado, o fato de as estudantes negras desconsiderarem as barreiras de raça e gênero no mundo do trabalho pode ser indício da reprodução de discursos presentes na sociedade moderna, nos quais existe a ideia de meritocracia, em que os próprios indivíduos se tornam responsáveis por seu fracasso ou sucesso, não compreendendo assim que se trata de falácias e ideologias que tendem a desmistificar a existência do racismo e sexismo na sociedade. Para comprovar ou refutarmos tal hipótese, obviamente seriam necessárias outras investigações que analisassem o plano simbólico das relações sociais.

Diante de tais resultados, não poderíamos dizer que o preconceito racial e a discriminação não existam, por outro lado, existem, mas hoje adotam formas menos explícitas do que outrora. Toda essa nova roupagem se deve ao fato de que nos últimos anos atos de racismo e sexismo podem vir a se tornar atos punidos pela própria justiça, assim, institucionalmente legalizado, o preconceito deixa de ser evidente e passa a se apresentar nas microrrelações entre o dito e o não dito. Trata-se, portanto, de uma ideologia, conjunto de ideias preconcebidas sobre o outro e que de certa forma orienta as práticas e as condutas sociais. Se por esse lado, podemos compreender que o problema social do racismo e do sexismo ainda persis-

tirá por muito tempo, por outro lado, ao tomarmos como foco de análise os aspectos subjetivos que as estudantes lançam mão na superação dessas hierarquias, poderíamos dizer que a autoconfiança poderia ser uma das possíveis saídas de superação das desigualdades. Por fim, cabe ressaltar que tais análises partem de um contexto específico, sendo necessários outros estudos e questionamentos para posteriormente chegarmos a generalizações ou definições mais totalizadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. Filme de Joel Zito. 2000
- BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- _____. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A construção das profissões agrárias*. 329 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília. Brasília: Março, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 5 ed. Volume 2. 2008
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 23ª Ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GUERRA, Oldênia Fonseca; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. *O ensino agrícola e a inserção de homens e mulheres no agronegócio*. GT 09. Ensino Médio e Educação Profissional. Piauí, 2006
Disponível em: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT16/ensino_agricola.pdf> Acesso em 25/07/2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude - Usos e Sentidos*. Cidade: Autentica 2004.
- NOGUEIRA, Maria Alice. NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a Educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- PINTO, Giselle. Trajetórias de mulheres negras estudantes de mestrado da UFF: um estudo sobre estratégias e possibilidades de ascensão social. In: *Cadernos Penesb 9*. Educação e população negra: contribuições das relações étnico-raciais. SOUZA, Maria Helena Viana, OLIVEIRA, Iolanda (orgs.).n. 9. dezembro de 2007. p. 21-65
- RIBEIRO, Matilde. Relações Raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: RAGO,

- Margareth. (org.). *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, “raça” e mobilidade social no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, Rio de Janeiro, 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400006&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>.
- THEODORO, Mário Lisboa. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário Lisboa; JACCOUD, Luciana de Barros. OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2008.

Recebido em: 04/02/2014

Aceito em: 10/06/2014